



PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA: Quais foram as implicações do Ensino Remoto Emergencial para mulheres estudantes?¹

Janaina Lopes do Nascimento Duarte²
Maria Luisa Gomes Penha³

RESUMO

O texto tem como objetivo refletir sobre implicações do Ensino Remoto Emergencial na vida de mestrandas de pós-graduação na área de conhecimento do Serviço Social, considerando os limites da política de educação e das desigualdades de gênero no capitalismo dependente. A partir do método histórico dialético foi realizada pesquisa de campo com mulheres estudantes, turmas 2020 e 2021, que vivenciaram o ERE durante o mestrado em uma universidade pública no período pandêmico. Os resultados apontam diversos desafios e particularidades enfrentadas por estas mulheres relativas à vida pessoal, profissional, acadêmica e a questões de saúde física e mental.

Palavras-chave: Política de educação no capitalismo dependente; Ensino Remoto Emergencial; Desigualdades de gênero.

ABSTRACT

The text aims to reflect on the implications of the Emergency Remote Teaching in the lives of woman postgraduate master's students in the field of Social Work, considering the limits of education policy and gender inequalities in dependent capitalism. Based on the dialectical historical method, field research was conducted with woman students, classes 2020 and 2021, who experienced Emergency Remote Teaching during their master's degree in a public university during the pandemic period. The results point to several challenges and particularities faced by these women related to personal, professional, and academic life and to physical and mental health issues.

Keywords: Educational policy in dependent capitalism; Emergency Remote Teaching; Gender inequalities.

¹ Este artigo origina-se do recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida em maio/2023 no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB). Para maiores aprofundamentos, ver: PENHA, Maria Luisa Gomes. *Mulheres na Pós-graduação e a Universidade Brasileira: Desafios no contexto de Ensino Remoto Emergencial na Universidade de Brasília (UnB)*. Dissertação de mestrado. Brasília: PPGPS/UnB, 2023.

² Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB (PPGPS/UnB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente (GEDUSSC/UnB). E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

³ Mestre em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UNB); Assistente Social do TRT 10ª Região. E-mail: marialuisass26@gmail.com

APOIO





1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a política de educação superior passou por diversas transformações, entretanto, uma marca estrutural das universidades é que tradicionalmente são ambientes que reproduzem desigualdades, seja de acesso ou permanência de estudantes. Pode-se destacar as dificuldades de acesso das mulheres ao ensino superior e as lutas feministas que protagonizaram essa inserção no Brasil na segunda metade do século XX. Por outro lado, nos dias hodiernos da pandemia da Covid-19, houve um agravamento das desigualdades, as quais foram evidenciadas especialmente por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) em virtude das adaptações de vida e de recursos exigidos por essa nova e complexa modalidade de ensino.

Para essa análise, é necessário compreender as nuances históricas e estruturais da política de educação superior e das desigualdades de gênero ocasionadas transversalmente por elas. Assim, este texto se fundamenta na perspectiva teórico-metodológica histórico dialética, atentando que “a análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.44). Portanto, a utilização deste método denota que o objeto estudado não é algo limitado, mas sim uma forma de compreender a dinâmica das relações sociais e dos seus processos sócio históricos, pois “[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada [...]” (NETTO, 2012, p.52), mas algo que deve estar em constante observação.

Dessa forma, considera-se essencial a compreensão da natureza, origem e desenvolvimento do capitalismo, em especial das particularidades do capitalismo dependente no cenário brasileiro, em relação à condição do país na dinâmica internacional do capital. Além disso, é importante entender o papel do Estado e da articulação entre burguesia local e internacional como garantidora dessa condição permanente do Brasil que auxilia na manutenção da estrutura desigual da sociedade como um todo, bem como na manutenção das desigualdades de gênero nesse contexto.

PROMOÇÃO

APOIO





Por isso, o objetivo deste trabalho encontra-se em refletir sobre as implicações do ERE na vida das estudantes de pós-graduação, mestradas na área de conhecimento do Serviço Social, considerando os limites da política de educação no capitalismo dependente e as desigualdades de gênero na sociedade. Em relação à metodologia, foi realizado levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo com 20 estudantes de mestrado de programa de pós-graduação na área de conhecimento do Serviço Social⁴ das turmas 2020 (10 mestradas) e 2021 (10 mestradas) que vivenciaram o ERE ao longo do seu processo de formação no contexto da pandemia da Covid-19, por meio da aplicação de um formulário *Google Forms*⁵.

Diante disso, os resultados estão apresentados a partir de dois tópicos: 1) o entendimento sobre o capitalismo dependente, a universidade, a formação em Serviço Social, considerando também os desafios no campo da pós-graduação; e 2) as desigualdades de gênero, nesse contexto, e todos os desafios que atingem a vida de mulheres estudantes em virtude da sua vivência na pós-graduação em um país de capitalismo dependente, considerando os dados da pesquisa de campo realizada com mestradas em um programa de pós-graduação de uma universidade pública brasileira. Por fim, são apresentadas considerações finais que condensam os desafios impostos pelo ERE para as mulheres na pós-graduação, destacando sua condição de mulher na sociedade capitalista e na divisão socio técnica do trabalho.

2. UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E DESAFIOS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

A formação na universidade brasileira já vem enfrentando desafios desde sua gênese, tanto que passou por inúmeros processos de luta e reivindicações, tanto dos docentes como dos discentes, cujo registro histórico importante é o Movimento de

⁴ A pós-graduação na área de conhecimento do Serviço Social tem se expressado a partir de programas, especialmente em Serviço Social, em Política Social, em Política Pública. O programa de pós-graduação ao qual foi realizada a pesquisa de campo é em Política Social.

⁵ Cabe destacar que tal pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas da referida universidade, ao qual o programa de pós-graduação estava localizado.





Reforma Universitária⁶ instaurado na década de 1960, sendo apropriado, naquele contexto, a partir dos interesses associados entre classe dominante local e internacional.

Esse movimento ocorreu, na época, em virtude das discrepâncias que ocorriam na universidade na segunda metade do século XX no qual o Brasil passava por um momento bastante complexo; contudo, muitas das indagações daquele período ainda são bastante presentes na realidade atual. Na perspectiva de Fernandes (1975, p.73, grifos nossos), era necessário mais que reformas, mas uma verdadeira revolução educacional no país:

o termo "reforma universitária" tem sido empregado convencionalmente por estudantes, professores, e leigos para designar as medidas quantitativas e qualitativas a serem tomadas para adaptar o sistema de ensino superior às atuais exigências da situação histórico-social brasileira (ditadura civil militar). Todavia, o volume das exigências quantitativas e o alcance das mudanças que precisariam ser introduzidas para atender às exigências qualitativas indicam que estamos diante de um processo de revolução educacional.

Sabe-se que essas mudanças eram necessárias, mas de fato nunca ocorreram. Isso explica-se, pois, o Brasil é inserido na lógica do capital internacional como sendo um país de capitalismo dependente. Fernandes (2009) mostra que nesse modelo de capitalismo dependente há um padrão dual de acumulação em que a classe trabalhadora é explorada duplamente pela burguesia nacional e pela burguesia internacional, de modo a garantir a concentração de renda, prestígio e poder, a partir desta dupla dominação. De modo que, a burguesia local, diferentemente de outras burguesias de países centrais, não faz concessões e está sempre colocando os seus interesses à frente dos interesses nacionais (FERNANDES, 2009), não muda as estruturas e mantém tudo aquilo que é conveniente para si própria.

Essa particularidade é presente em virtude da condição colonial que se dá de forma permanente no Brasil e na América Latina. Isto porque, segundo Fernandes (2009), os países não passaram por uma ruptura, de fato, com o antigo sistema, ou seja, não houve um rompimento da estrutura colonial, mas apenas uma adaptação do

⁶ A Reforma Universitária de 1968 é caracterizada por um complexo de modificações no ensino superior, cujas pautas do movimento estudantil e docente foram apropriadas pelas elites dominantes. Para aprofundamentos ver: FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PROMOÇÃO



APOIO





capitalismo e de suas estruturas ao modelo colonial, a partir da condição de dependência.

Sendo assim, segundo ainda o autor, as classes sociais, no contexto da América Latina, estabelecem-se a partir da constituição de uma burguesia que não possibilita nem a “revolução dentro da ordem”, ou seja, que não abdica de seus privilégios e não possibilita medidas concretas de descolonização, promovendo apenas mudanças superficiais da ordem social. Diante disto, as classes sociais “[...] se convertem em meios estruturais de perpetuação do capitalismo selvagem e de preservação do *status quo*.” (FERNANDES, 2009, p.43).

Na política de educação, essa dependência se reflete por meio do que Fernandes (1975) aborda como padrão dependente educacional, pois ela se estrutura a partir de uma perspectiva de heteronomia, ou ausência de autonomia, a qual perpassam diversos âmbitos, em especial à educação superior e a produção do conhecimento.

E, de maneira geral, a dependência (ou heteronomia) nunca é só econômica: ela é, simultaneamente, social e cultural. Sob esse aspecto, a escola superior, estrutural e dinamicamente vinculada à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente, concorria para estabelecer e para expandir os nexos de dependência ao nível da educação e da cultura. (FERNANDES, 1975, p.84)

No âmbito da pós-graduação, esta também teve limites colocados pelo padrão dependente educacional, especialmente na sua estrutura, no perfil das suas agências de fomento e na produção das pesquisas e do conhecimento. Segundo Leher (2021, p.3), “é pouco lembrado que a expansão foi coetânea do deslocamento dos órgãos de fomento para âmbitos externos às universidades, consolidando uma heteronomia fundamental”. Logo, houve uma expansão da pós-graduação que surgiu como resultado do momento histórico e político pelo qual o Brasil passava na segunda metade do século XX, focada nos interesses dominantes e não nas reais necessidades de desenvolvimento do país. Nestes termos, apesar do avanço na produção do conhecimento, ao mesmo tempo, manteve-se a condição de heteronomia e a direção das pesquisas segundo os interesses da autocracia burguesa da época.

Em relação a pós-graduação na área de Serviço Social, o seu surgimento e desenvolvimento, também foi entrelaçado a esse contexto de padrão dependente educacional e das particularidades históricas e sociais do Brasil neste período. Assim,

PROMOÇÃO



APOIO





as transformações internas (Serviço Social) e externas (sociedade brasileira) possibilitaram o surgimento da pós-graduação na área em 1972 no Brasil, dezenove anos depois da primeira regulamentação da profissão (GARCIA; FERNANDEZ, 2018), caracterizando-se como um importante avanço no âmbito da pesquisa e formação profissional, sendo reconhecido pelas agências CAPES e CNPq como área das Ciências Sociais Aplicadas (SILVA; CARVALHO, 2007).

A conjuntura brasileira à época passava pelo início do processo de redemocratização e houve uma junção de transformações no cenário político e na nova perspectiva científica, acadêmica e política para a profissão. A partir da aproximação com a teoria marxista houve relevantes contribuições para a análise do capitalismo, quanto para o método de compreensão dialética da realidade, da profissão e da pesquisa científica.

Entretanto, esse contexto e definição por uma perspectiva crítica trouxe diversos desafios para o Serviço Social como o de “engajar-se na luta em defesa das condições de pesquisa e, ao mesmo tempo, avançar na conquista de um estatuto teórico nos marcos do seu movimento permanente de qualificação e atualização enquanto ação interventiva por excelência.” (ABREU; SIMIONATTO, 1997, p.133).

Na contemporaneidade, o Serviço Social continua a enfrentar desafios e dilemas que são reatualizados, mas que mantêm a sua base estrutural, por isso é preciso compreender que “os desafios e possibilidades da pós-graduação em Serviço Social só podem ser apreendidos no movimento histórico de avanços e retrocessos da política educacional brasileira e, em especial, nas orientações desta para a pós-graduação.” (GUERRA, 2011, p. 127).

Assim, as conjunturas específicas e os reflexos do capitalismo dependente repercutem na política de educação, na pós-graduação, bem como nas relações de gênero nas universidades e nas profissões. Sabe-se que no Serviço Social, a profissão é composta majoritariamente de mulheres, pois 92,92% do total de profissionais de Serviço Social se identificam com o gênero feminino (CFESS, 2022). Desse modo, é preciso considerar as especificidades da profissão, desde a formação até o trabalho profissional, e quais são os desafios enfrentados pelas mulheres assistentes sociais e estudantes de graduação e pós-graduação da área de conhecimento do Serviço Social no Brasil.

Ainda hoje, conforme Craveiro e Machado (2011), as profissões com maior quantidade de mulheres e ligadas às questões de cuidado e bem-estar, funções





femininas, são mais precarizadas, além de serem usadas por machistas no sentido de desvalorizar a potencialidade profissional, técnica interventiva e teórico metodológico dessa e de outras profissões tipicamente femininas. E mesmo com as transformações geradas na sociedade na qual muitas mulheres têm se inserido em profissões tipicamente masculinas, essas profissionais são ainda mais desafiadas, pois, segundo estudos realizados pelo IBGE (2021, p.5),

ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso ao ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras em determinadas áreas do conhecimento, notadamente as mais ligadas às ciências exatas e à esfera da produção.

Destarte, o tópico a seguir dará continuidade às reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente as estudantes de pós-graduação na área de conhecimento do Serviço Social durante o ERE, no qual o contexto de pandemia juntou desafios recentes e antigos, intensificando e complexificando as desigualdades de gênero na sociedade, especialmente brasileira.

3. IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA AS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO

Diante das considerações anteriores, foi realizado no segundo semestre de 2022 uma pesquisa de campo para elaboração de dissertação de mestrado no sentido coletar dados sobre a realidade das estudantes de mestrado das turmas 2020 e 2021 de um programa de pós-graduação na área do conhecimento do Serviço Social em uma universidade pública, a fim de identificar e analisar suas vivências acadêmicas durante o período do ERE no contexto da pandemia da Covid-19. A pesquisa foi efetuada por meio de formulário *Google Forms* que foi enviado para 33 estudantes (correspondendo ao grupo discente feminino⁷) e, dentre esse quantitativo, obteve-se 20 respostas, sendo 10 respostas de mestrandas que ingressaram no semestre 2020.1 e 10 respostas de mestrandas que ingressaram no semestre 2021.1.

As questões contidas no formulário eram voltadas para a vida pessoal, acadêmica e profissional no intuito de compreender algumas especificidades

⁷ No Programa de Pós-graduação estudado são realizadas seleções para ingresso de mestrandos/as de forma anual, sendo disponibilizados em torno de 20 vagas, e dessas 20 vagas o público feminino ocupou quase 80% delas, considerando o ano de 2020 e 2021 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2023).



presentes no período, com destaque para: a conciliação entre as atividades acadêmicas e o cuidado com dependentes, como filhos. Obteve-se um dado expressivo de que 72,7% (8 estudantes de 11 que responderam que possuem dependentes sob seus cuidados) necessitavam despendar tempo com o cuidado de filhos. Cabe destacar que os filhos, neste período pandêmico, também estavam em modalidade de ensino remoto e demandavam muito destas mulheres que são mães e “passaram a conciliar sua rotina diária com a responsabilidade de oferecer apoio educacional para seus filhos durante o ensino remoto, possivelmente aumentando a sua carga de trabalho doméstico” (NIELS et al., 2022, p.4).

Em relação a questões sobre o desenvolvimento acadêmico, as mestrandas foram perguntadas se durante a vivência do ERE elas presenciaram alguma adversidade ou dificuldade para cursar as disciplinas do mestrado: 90% (18 estudantes) responderam de forma afirmativa. A seguir, foi questionado algumas dificuldades para que essas estudantes identificassem uma ou mais das opções, as quais elas tiveram limitações nas disciplinas durante o ERE, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Dificuldades das mestrandas para cursar as disciplinas durante o ERE ⁸

Dificuldades	Por cento (%)	Quantidade (em números)
Falta de equipamento (como computador, tablet, celular) para acompanhar as aulas.	0%	0
Falta de internet ou internet de baixa qualidade.	40%	8
Falta de auxílio financeiro (bolsa acadêmica).	0%	0
Falta de benefício da assistência estudantil.	0%	0
Falta de espaço apropriado em casa para assistir às aulas e estudar os conteúdos.	40%	8
Conciliar o acompanhamento das disciplinas com atividades domésticas.	60%	12
Conciliar o acompanhamento das disciplinas com cuidado dos(as) filhos(as).	20%	4
Conciliar o acompanhamento das disciplinas com trabalho formal ou informal.	40%	8
Dificuldade de compreensão dos conteúdos por falta de debates coletivos.	40%	8
Dificuldade de concentração nas aulas.	65%	13

⁸ Nas opções do gráfico “Dificuldades das mestrandas para cursar as disciplinas no período do ERE”, as estudantes tinham a possibilidade de marcar mais de uma opção, por isso, apesar de serem 20 estudantes que tenham respondido tal questão, a porcentagem das respostas é superior a 100%.



Dificuldade para realizar as leituras e os estudos necessários	80%	16
Cuidados com alguém da família doente com Covid-19 ou outra doença.	25%	5
Outros	10%	2

Fonte: Elaboração própria, com base em resultados de pesquisa para dissertação de mestrado.

Vale destacar que muitas dessas dificuldades não são particulares a esse período, que se faziam presentes na modalidade de ensino EaD e nas tendências de flexibilização do ensino; entretanto, o ERE intensifica essas nuances e ainda acarretam novos desafios.

De fato, a passagem do ERE ao presencial exige o enfrentamento de novos desafios, haja vista que se configura outra dinâmica face a uma realidade que herdou do ERE a modalidade híbrida. Tal herança, contudo, não é uma exclusividade da pandemia, visto que essa modalidade de ensino já era adotada por algumas IES anteriormente. No entanto, as condições de vida atravessadas pela pandemia da Covid-19 serviram para capilarizar e ampliar esse mecanismo em muitas IES, ao passo que a educação como um todo necessitou se adequar à esta situação como estratégia fundamental de preservação da vida. (ABEPSS, 2022, P.43)

Além disso, essas dificuldades trazem implicações à saúde física e mental das estudantes. As mestrandas foram questionadas sobre questões relativas à saúde durante o período pandêmico, em que majoritariamente responderam: 76,5% (13 estudantes de 17) apontaram adoecimento mental durante este momento; de forma menos expressiva, 9 estudantes (52,9%), assinalarem adoecimento por Covid-19 e 2 estudantes (11,8%) destacaram o adoecimento físico, bem como outros tipos de adoecimento (1 estudante - 5,9%). Diante disto, a forma de adoecimento que apareceu de forma mais significativa foi a de saúde mental, especialmente em um espaço destinado a registrar o tipo de adoecimento destacou-se a ansiedade, estando presente em praticamente todas as respostas.

Outro questionamento da pesquisa foi em relação à produção do conhecimento e se essas estudantes conseguiram produzir algum tipo de trabalho científico durante esse período, haja vista as dificuldades no processo ensino-aprendizagem e os efeitos na saúde em um momento tão delicado de isolamento social, como a pandemia da Covid-19 que contaminou e levou tantas vidas. Em relação à produção e à socialização acadêmico-científico (por meio de artigo, resumo, etc.), no período do ERE, obteve-se: a) 60% (12 das 20 estudantes) relataram ter produzido algum trabalho neste período; e b) por outro lado, apenas metade das que conseguiram





produzir (6 estudantes - 50%) enviaram o trabalho para fins de publicação em algum meio científico, como periódico, eventos, etc. Acredita-se que alguns dos trabalhos produzidos (em especial, os que não foram encaminhados para publicação em nenhum meio) podem ser resultantes dos trabalhos finais das disciplinas cursadas ao longo do mestrado, sendo parte do processo avaliativo das mesmas.

Essa análise, no entanto, apesar de numérica, não restringe este trabalho ao objetivo de analisar a produção do conhecimento apenas por uma perspectiva quantitativa, pois a produção meramente quantitativa é questionável, mas a produção qualificada, com dedicação e rigor acadêmico e político é estratégica para a produção coletiva do conhecimento, especialmente em um país de capitalismo dependente (DUARTE, 2020a).

Por isso, é tão necessário compreender essas implicações diversas na vida das mestrandas, as quais já eram presentes pela condição estrutural da política de educação nos padrões do capitalismo dependente e diante das desigualdades de gênero, mas que são intensificadas com o ERE, a pandemia e seus efeitos devastadores. Nesse sentido, é preciso ainda mais nesse contexto reforçar a luta em torno dos sólidos valores da profissão, da defesa da educação superior pública, presencial, autônoma e qualificada, pois

Imersos em uma conjuntura de severos desmontes, com implicações profundas e diretas sobre as/os trabalhadoras/es, tais dados apenas ratificam o quão necessária e urgente é a defesa de um projeto de formação presencial, ancorada na criticidade, voltada à dimensão da vida coletiva em sociedade e ao rigor dos princípios ético-políticos que sustentam a profissão de Assistente Social e sua área de conhecimento. (ABEPSS, 2022, p.60)

Entende-se que a luta deve ser ainda mais fortalecida nesse momento, pois segundo Tonet (2005, p. 134), são nesses momentos de crise que “[...] a divisão social do trabalho é intensificada; o acesso à educação é cada vez mais dificultado; os próprios conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados [...]”. Por isso, o autor conclui que: “o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado” (TONET, 2005, p. 134). Então, observa-se que os limites impostos à educação estão alinhados aos interesses do projeto de sociedade do capital.

Em suma, as mulheres nesse contexto, especialmente da pós-graduação, tiveram majoritariamente implicações em suas vidas pessoais, acadêmicas, profissionais e no campo da saúde, especialmente em razão do acúmulo de jornadas

PROMOÇÃO



APOIO





no âmbito doméstico e com o acirramento da desigualdade de gênero nesse momento.

em decorrência da crise econômica, sanitária e também social causada pela COVID-19, o excesso de trabalho imposto às mulheres tem contribuído tanto para evidenciar quanto para aprofundar a desigualdade de gênero, assim como aduz que tal desigualdade é mais perversa para determinadas mulheres, como as negras, que em geral também são pobres. (GUIMARÃES; DAOU, 2021, p.126).

Logo, é necessário o debate da educação superior qualificada e crítica no capitalismo dependente, em especial a questão da importância do ensino presencial, bem como as particularidades para a garantia e acesso de estudantes à pós-graduação. Para as mulheres isso é ainda mais expressivo, haja vista suas condições desiguais em relação aos homens, principalmente quanto ao trabalho formal e doméstico; e às adversidades no âmbito da universidade e da pós-graduação que devem ser ainda mais aprofundadas, pois não se esgotam a partir deste estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve por objetivo compreender algumas das implicações do ERE na vida das estudantes de pós-graduação, considerando os limites da política de educação no capitalismo dependente e as desigualdades de gênero na sociedade, particularmente diante das complexidades impostas pela pandemia da Covid-19.

Observou-se que em meio à crise do capital e seu agravamento pela pandemia, a política de educação e a produção da ciência sofreram diversos ataques em virtude da perspectiva de transformação da educação e do acesso ao conhecimento. Isso se ocorreu, pois "a educação, especialmente a educação superior, pode ser uma importante chave para o enfrentamento do capitalismo dependente e suas inerentes formas de superexpropriação e superexploração" (DUARTE, 2020b, p.92).

Assim, são colocados ainda mais limites à educação, assim como ocorreu no estabelecimento do ERE no período pandêmico, com o incentivo a uma educação mais aligeirada e menos aprofundada. Mudam configurações da política educacional, mas a essência dependente e sem autonomia, não se altera de fato.

Ao mesmo tempo, no âmbito das desigualdades de gênero, as análises do estudo mostram que as diferenças entre homens e mulheres são também colocadas

PROMOÇÃO



APOIO





estruturalmente na sociedade, principalmente por meio das discrepâncias de condições e oportunidades, da divisão sexual do trabalho. Esses determinantes são expressos no ambiente da educação superior por meio de desafios para as mulheres nas universidades, desde a sua inserção até a permanência nos cursos. Com o ERE, todo esse contexto se reconfigura de forma ainda mais expressiva, pois

O ensino remoto se apresenta incompatível com o projeto de formação profissional, inviabilizando a formação de qualidade, visto que impede o/a estudante de desenvolver a capacidade de apreender a realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade, essencial para aumentar a qualidade de suas intervenções. (SANTOS; MORAIS; PIANA, 2022, p.224)

Nestes termos, o ERE tornou-se elemento de estudo em um contexto adverso de muitas transformações significativas no campo profissional, acadêmico e no cenário político, e tendo causado tantas implicações, deve ser ainda mais aprofundado em outras pesquisas e análises futuras.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Monitoramento Graduação e Pós-graduação*. A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. Brasília: ABEPSS, 2022.
- ABREU, M. M. SIMIONATTO, I. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. In: *Temporalis*. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Caderno Abess, n.7, p.113-140, Cortez: São Paulo 1997.
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez, 7ª ed., 2010.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional*. Brasília, 2022.
- CRAVEIRO, A. V. MACHADO, J. G. do V. C. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. In: *Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, ago 2011.
- DUARTE, J. L. do N. *Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020a.

PROMOÇÃO



APOIO





DUARTE, J. L. do N. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, K. R. de S. (org). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação*

brasileira: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020b, p. 77-93.

FARAGE, Eblin. Contrarreforma da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. In: *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 383-407, jul./dez. 2021

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009

FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. FERNANDEZ, Cristiana Bonfim. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. In: *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: *Temporalis*. Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n.22, p. 125-158, 2011.

GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Lurine. DAOU, Saada Zouhair. Divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e as assimetrias de gênero na pandemia da COVID-19. In: *Revista Direito e Sexualidade*. Salvador, v. 2, n. 1, p. 110-133, jan./jun. 2021

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2a edição. IBGE, 2021.

LEHER, R. Educação e Ciência após 2018: neoliberalismo extremo e guerra cultural. In: *Trabalho Encomendado – Anais da 40a Reunião Nacional da ANPEd 2021* Belém/PA. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. v. 1. p. 1-27.

NETTO, J. P.. *Introdução ao Método de Marx*. Teoria Social. 1ª edição. São Paulo: expressão popular, 2012

NIELS, K. M. L. et al. Ensino remoto emergencial: as dificuldades na perspectiva de mães e mães-professoras. In: *Educação: Teoria e Prática*. Rio Claro/ SP, v. 32, n.65/2022

SANTOS, R. G. dos. MORAIS, D. A. B. C. PIANA, M. C. Covid-19 e Pós-graduação: Desafios contemporâneos para a construção do conhecimento. In: *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 223-236, jul/dez. 2022

PROMOÇÃO



APOIO





SILVA, M. O. da S. e; CARVALHO, D. B. B. de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Sítio eletrônico do Programa de Pós Graduação em Política Social*. Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.politicasocial.unb.br/>

PROMOÇÃO



APOIO

